

Grupo de Trabalho TUTELAS À EFETIVAÇÃO DE DIREITOS PÚBLICOS INCONDICIONADOS
(22/10)

Parámetros convencionales: protección judicial efectiva

Dr. Alfonso Jaime Martínez Lazcano (México)

O constitucionalismo e a força do Supremo Tribunal Federal

Mestrando Diogo Gomes Taborda (Brasil)

A proteção de dados pessoais como instrumento de tutela da dignidade da pessoa humana no direito moçambicano

Me. Amina Adão Saíde Abdala e Dr. Almeida Zacarias Machava (Moçambique)

Inteligencia artificial y derechos fundamentales: desafíos jurídicos en la protección de datos de los consumidores en Colombia

Me. Cindy Lorena Toloza Gamarra e Doutoranda María Angélica Sanchez Julio (Colômbia)

O uso das remotely piloted aircrafts no jornalismo e a ponderação do conflito com o direito à privacidade

Mestrando Otávio de Vargas Otilia (Brasil)

La filiación del hijo de crianza en Colombia. Protección de sus garantías fundamentales en el entorno de la familia de crianza

Me. Héctor Francisco Arévalo Fόμεque (Colômbia)

Reflexões sobre o desastre climático de maio de 2024: a tecnologia como ferramenta na proteção de direitos fundamentais e a constatação de proteção insuficiente do direito à educação em crianças e adolescentes

Me. Cinara Furian Fratton e Me. Patrícia Cunha (Brasil)

El poder transformador del feminismo: claves para el acceso y la permanencia de las mujeres en la universidad

Me. Anita Pérez Morales e Dr. Alfonso Jaime Martínez Lazcano (México)

Violência doméstica e desistência da medida protetiva: Reflexões sobre vítimas eternas e invisíveis com base na teoria freudiana

Me. Angelis Lopes Briseno de Souza, Mestrando Wanderson Marcello Moreira de Lima e Dr. Leonardo Macedo Poli (Brasil)

A importância da autonomia fiscal municipal no âmbito da segurança pública: uma análise da responsabilidade dos municípios diante dos aspectos multidisciplinares que envolvem as políticas públicas de segurança pública

Doutoranda Betieli da Rosa Sauzem Machado, Mestrando João Arthur Santos Flesch e Dr. Ricardo Hermany (Brasil)

Colaboração premiada como meio de investigação e obtenção de provas no combate às organizações criminosas

Esp. Sérgio da Silva Pereira (Brasil)

Lei Anticorrupção brasileira e a instituição de programas de integridade: alterações do Decreto n.º 11.129/2022

Doutoranda Chaiene Meira de Oliveira e Dr. Rogério Gesta Leal (Brasil)

Grupo de Trabalho TUTELAS À EFETIVAÇÃO DE DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS

(23/10/2024)

Acerca de la sostenibilidad y la Agenda 2030. Análisis interdisciplinar y desde los derechos fundamentales

Dr. Jorge Isaac Torres Manrique (Peru)

Eficácia dos direitos fundamentais e limites à atuação do Poder Judiciário brasileiro

Mestranda Carine Labres (Brasil)

El derecho al cuidado como derecho humano: un análisis desde el Sistema Interamericano de Derechos Humanos

Me. Marco Antonio Ruiz Nieves (Colômbia)

Margem de apreciação em contexto interno: distensionamento entre o princípio democrático e a jurisdição constitucional

Mestranda Jenifer Castellan de Oliveira (Brasil)

Teste de proporcionalidade: subteste da legitimidade do fim sob a perspectiva de Aharon Barak

Mestranda Vitória Larissa Zang e Mestranda Tamara da Silveira Batista (Brasil)

Direito ao esquecimento no Brasil: uma análise necessária do Tema 786 do STF sob o crivo do teste da proporcionalidade

Mestranda Caroline Teles Witt (Brasil)

A aplicação do teste de proporcionalidade como mandamento constitucional de proibição de proteção deficiente ou omissão na concretização dos direitos sociais

Mestrando Cláudio Rafael Morosin Rodrigues (Brasil)

La protección del consumidor y sus garantías en el marco del Estado Constitucional de Derecho en México

Dr. Luis Manuel Martínez Vela (México)

O Código do Consumo: a vulnerabilidade algorítmica nas relações consumeristas e o panorama legal atual

Agda Aparecida Gaudencio de Oliveira e Dr.^a Raquel Fabiana Lopes Sparemberger (Brasil)

A proteção do consumidor on-line e a (im)possibilidade de reconhecimento do influenciador digital como fornecedor equiparado: uma análise à luz do fator geracional do público-alvo

Mestranda Júlia Farias Mertins (Brasil)

Online Dispute Resolution (ODR): das plataformas governamentais e privadas ao processo judicial

Mestranda Lara de Sousa Duarte (Brasil)

A desjudicialização parcial da execução fiscal como medida de descongestionamento do Poder Judiciário

Esp. Fábio Weber Ludwig (Brasil)

A aplicação de medidas executivas atípicas no âmbito da execução civil desjudicializada
Mestrando Felipe Dutra de Freitas (Brasil)

A proporcionalidade na aplicação das medidas executivas atípicas
Mestranda Ana Paula Czadotz de Oliveira (Brasil)

Reflexões sobre o uso de inteligência artificial para redução do estoque processual em cortes superiores frente às garantias processuais das partes
Me. Gabriel Pessotti da Silva e Mestranda Victória Barboza Sanhudo (Brasil)

Los desafíos de la abogacía frente a la implementación de la inteligencia artificial en el derecho
Me. Jorge Iván Guerra Fuentes, Oiden Moisés Peña Pérez e Óscar Alfonso Jimenez Vilorio (Colômbia)

O justo reconhecimento: a necessária inclusão do trabalho invisível nas políticas de aposentadoria
Mestranda Bárbara Aparecida Nunes Souza (Brasil)

Análise do “Movimento Desconecta” sob o prisma da proteção dos direitos das crianças e adolescentes frente à era digital
Esp. Paula Motta de Souza (Brasil)

A relativização da publicidade notarial das escrituras de divórcio diante da LGPD: uma análise crítica ao artigo 42 da Resolução 35 do CNJ
Esp. Gabriel Delving Ely e Dr.ª Thaís Carnieletto Müller (Brasil)

Pensión compensatoria en el divorcio: reconociendo y valorando el trabajo invisible
Neidaly Espinosa Sánchez e Dr. Alfonso Jaime Martínez Lazcano (México)

Contratualização das relações afetivas sob a perspectiva do direito de família mínimo
Mestranda Marina Silva Pereira e Mestranda Marina Mayer Pereira (Brasil)

Declarações antecipadas de vontade: aspectos legais e bioéticos para assegurar a dignidade humana e evitar conflitos familiares
Mestranda Edenise Andrade da Silva (Brasil)

Envelhecimento na era virtual e o abandono afetivo inverso no Brasil: desafios e responsabilidades
Me. Angelis Lopes Briseno de Souza, Luana Bartz de Sá e Esp. Rafaela de Vargas Pereira (Brasil)

Desfiliação em decorrência do abandono afetivo e manutenção da filiação socioafetiva
Esp. Ana Paula Brudnicki Barbosa (Brasil)

Indignidade por abandono afetivo e seus reflexos jurídicos sucessórios: a necessária atualização do Código Civil
Esp. Alexandra Neves Pinheiro, Mestranda Desyrrê Moraes Lemes Mota e Esp. Helena Gil Klein (Brasil)

A dignidade humana no Superior Tribunal de Justiça: uma análise da utilização do termo no Recurso Especial n. 1.159.242-SP
Dr.ª Helena de Azeredo Orselli e Mestranda Júlia Mogk (Brasil)

O regime da separação obrigatória para pessoas acima dos 70 anos: uma análise jurídica e social à luz da decisão do ARE 1.309.642 - STF

Mestranda Bárbara Dariva (Brasil)

Escolha do regime de bens por pessoas com setenta anos ou mais: análise do Tema 1236

Mestranda Dáley Azevedo de Castro Eleuthério e Esp. Carolina D'Amorim Barreto (Brasil)

Apontamentos acerca das questões de gênero e sua intersecção com a tutela conferida à pessoa idosa pelo microssistema protetivo próprio

Esp. Luiza Tramontini Benites e Mestranda Victória Barboza Sanhudo (Brasil)

Planejamento familiar e direito ao aborto: análise do teste da proporcionalidade no voto-vista do Ministro Luís Roberto Barroso no julgamento do Habeas Corpus 124.306/RJ

Mestranda Geórgia Manfroi e Esp. Gabriel Floriana de Andrade Dutra da Rocha (Brasil)

Sexting: uma violação ao dever de fidelidade? uma análise sob a perspectiva do contrato paraconjugal

Judith Fernanda Oliveira de Cerqueira (Brasil)

Menos filhos, mais pets e a incompatibilidade da legislação civil com as famílias multiespécies

Mestranda Maria Eduarda Mikiewicz Desplanches e Dr.^a Helena de Azeredo Orselli (Brasil)

Herança digital e proteção de dados pessoais na América Latina: uma breve análise à luz das experiências brasileira e dominicana

Dr. Conrado Paulino da Rosa e Luana Bartz de Sá (Brasil)